

# PARA ALÉM DE PENSAR A INCLUSÃO E DIFERENÇA: MODOS DE ESTAR COM O OUTRO

*Cláudio Marques Mandarino*<sup>21</sup>

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Roseli Belmonte Machado*<sup>22</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Graciele Massoli Rodrigues*<sup>23</sup>

Universidade São Judas Tadeu

*Gilmar de Carvalho Cruz*<sup>24</sup>

Universidade Estadual do Centro – Oeste

*Michele Pereira de Souza da Fonseca*<sup>25</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro

## Introdução

[...] meu objetivo tem sido elaborar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos são constituídos em sujeitos (FOUCAULT, 1995, p. 231).

Uma inquietude que, no decorrer dos 25 anos, neste Grupo de Trabalho Temático (GTT) acompanhou seus(suas) pesquisadores(as), foi o fato de estarmos, constantemente pensando nos modos de estar com o outro<sup>26</sup>, e tomar essa responsabilidade profissional e afetiva, como um condutor das nossas condutas<sup>27</sup> acadêmicas. Pode-se entender que, desse modo fomos atravessados por uma experiência de si e que nela passamos a nos constituir como sujeitos de uma determinada prática, uma prática docente e investigativa que nos tornou quem somos hoje. Fazendo aqui um corte temporal, sem tomá-lo como um elemento fundante dos integrantes do GTT e sem afastar-se de um, *a priori*, histórico, o tornar-se foi um processo que esteve presente no ano de 1997, quanto

---

<sup>21</sup> Coordenar adjunto do GTT na gestão 2009-2011 e 2015-2017.

<sup>22</sup> Coordenadora adjunta do GTT na gestão 2019-2021 e Coordenadora do GTT na gestão 2021-2023.

<sup>23</sup> Coordenadora do GTT nas gestões de 2003-2005 e 2005-2007.

<sup>24</sup> Coordenador do GTT na gestão de 2013-2015 e 2015-2017.

<sup>25</sup> Coordenadora Adjunta do GTT na gestão 2021-2023.

<sup>26</sup> Lopes ao comentar sobre o outro nos explica que: pensar o que é dito, os movimentos, as materialidades sobre as quais os ditos se inscrevem e os saberes que dão as condições para dizermos coisas sobre nós, sobre o outro e sobre o que nos cerca, é condição para podermos inventar outras formas de fazer currículo e de ser na escola. No mesmo texto, a autora complementa: A linguagem que usamos para descrever as condições de vida que tem o outro é a mesma linguagem que usamos para descrever as condições que temos. Nosso olhar, nossas formas de narrar o outro e a nós mesmos, o espaço onde vivemos e onde vivem nossos alunos, as condições que temos e que nossos alunos possuem para viver, a importância que nós e que nossos alunos dão para a escola, são condições que determinam boa parte do que vivenciamos nas escolas.

<sup>27</sup> Utilizamos a expressão condução das condutas inspirados no filósofo Michel Foucault ao tratar do governo das condutas destacando que ela é uma “maneira como uma pessoa se conduz, à maneira como se deixa conduzir, à maneira como é conduzida e como, afinal de contas, ela se comporta sob o efeito de uma conduta” (p. 255). Foucault M. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes; 2008.

o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte instituiu este GTT.

Dando um salto para 2022, no evento dos 25 anos dos GTTs, ocorrido em Belo Horizonte, entre os dias 17 e 19 de novembro, um dos relatos apresentados foi o da carta enviada pela Professora Kátia Euclides de Lima e Borges. A seguir, separamos um excerto do documento de duas laudas, para iniciarmos o propósito de trazer recortes dos 25 anos do GTT Inclusão e Diferença:

Ao olhar para trás, no meu percurso profissional, lembro-me da grande emoção que senti quando foi definida a inclusão do GTT Pessoas com Necessidades Especiais. Compartilho com vocês o motivo da minha emoção, naquela época, pois essa temática chegar a um GTT do CBCE era a garantia que as discussões sobre as pessoas com necessidades especiais no contexto da Educação Física e do Esporte, até então muito restrito a grupos acadêmicos específicos, iria ter uma penetração mais ampla entre os professores e demais profissionais da Educação Física e do Esporte, bem como conseguiríamos trazer para o debate acadêmico e científico as discussões que afluíam na sociedade brasileira sobre o assunto. Com a transformação do GTT Pessoas com Necessidades Especiais para GTT Inclusão e Diferença, sinto orgulho em constatar que aquela minha aposta de 1997 se concretizou, e já possui as bases sociais e políticas para continuar a luta que temos pela frente, no enfrentamento dos novos tempos que o país irá viver. Neste processo histórico da luta pelos direitos humanos no Brasil, registro que o acolhimento, do CBCE, a essa temática, no formato de GTT, foi fundamental para conseguirmos os avanços que hoje somos capazes de constatar no meio acadêmico da Educação Física e do Esporte. (BORGES, 2022).

Com base nesse excerto, presente na carta lida no evento, podemos fazer um recuo no tempo, embora o texto tenha sido escrito em 2022, para conhecermos aquilo que estava mobilizando a comunidade acadêmica do CBCE e se constituísse num GTT que problematizasse a experiências das culturas corporais de movimento relacionadas às pessoas com deficiência. No escrito da professora Kátia Borges, podemos entender que essa temática, quando chegou no CBCE, assumindo uma dimensão para além das discussões presentes em grupos específicos oportunizou, numa entidade que procurava e, ainda procura, colocar em questão os temas do presente, os temas que presente nos convoca a agir, um modo de ser agir em que emergiu *ethos* acadêmico, político e social. Podemos entender que, numa entidade crítica da Educação Física, a necessidade em amadurecer o debate sobre os temas contemporâneos e as políticas de inclusão, que emergiam num tempo de uma racionalidade neoliberal<sup>28</sup>, criou as condições de possibilidade para que este GTT

---

<sup>28</sup> Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 17) comentam que, a “[...] racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como forma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo *racionalidade* não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra ‘capitalismo’. O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência?”. – Introdução à edição inglesa.

pudesse passar pelo processo de amadurecimento pelo qual todos(as) os seus integrantes contribuíram, por meio de diferentes epistemologias e concepções teórico-metodológicas.

Após esta introdução, destacamos que o texto será organizado trazendo os momentos em que todos(as) os seus pesquisadores(as) se reuniam para apresentar suas pesquisas nos eventos do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e Congresso Internacional de Ciências do Esporte (Conbrace/Conice).

## **O primeiro modo de estar com o outro – Educação Física/esporte e portadores de necessidades especiais**

A retomada no tempo pelos olhares atuais nos leva e eleva para um local privilegiado de comemoração de um percurso vivo que ainda delineia pegadas, mas, hoje, com rastros que transbordam as margens dos caminhos percorridos. Esse local de fala permite voltar no tempo da jovialidade das lutas por espaços, da ocupação de espaços, reconhecimento dos espaços e, quiçá, protagonismos em diferentes espaços. E assim vem sendo!

São nos meados dos anos de 1990 que as janelas agora se abrem. Com pouca luminosidade ainda, mas é no alcance de algumas memórias que revoamos um campo tecido. Era tempo de se pensar e repensar os tratos e distratos com as pessoas com deficiência que nosso Brasil desenhava. Momento também que a Educação Física se incomodava com seus rumos até então traçados e tensionava discussões sobre a produção de conhecimento da área, sua autonomia epistemológica, a consolidação da pesquisa e a legitimação no sistema de ensino formal como bem apresentam Bracht (1997); Hallal e Melo (2016).

Os movimentos fora do país para o processo de integração da pessoa com deficiência estavam impulsionados pelos arranjos socioeconômico e pedagógico, advindos de fortes tensões promovidas por familiares dessas pessoas, profissionais e pessoas com deficiência que pressionavam diferentes estruturas organizacionais e governamentais para reconhecerem os espaços dessa população. Diversas participações brasileiras, como o governo e os pesquisadores, foram sustentando um movimento que voltariam nossos olhos para o reconhecimento das singularidades.

Havia diferentes ações naqueles tempos, que implicavam em alterações terminológicas em relação à pessoa com deficiência (deficientes, portadores de deficiência, pessoa com necessidades especiais...) e com os ambientes (ambientes para excepcionais, ambiente de integração, menos

restritivo...) que, em comum, tinham a intencionalidade de rever as relações “sub existentes” para com as pessoas com deficiência. Sasaki (2002a) nos traz uma preocupação eminente com o uso de diferentes termos dirigidos às pessoas com deficiência. Notadamente, a preocupação terminológica condensa o contexto e as relações que se processam em tempo e espaço específico que são expressos na linguagem e refletem a organização e a construção social em um dado tempo.

Ora, tomados(as) pela “causa” muitos(as) de nós, que já atuavam profissionalmente com pessoas com deficiência, fortaleciam-se com as possibilidades de expor as experiências virtuosas com as práticas pedagógicas nas instituições. Assim, pessoas como nós, jovens professores de educação física, juntavam-se aos professores e pesquisadores que empunhavam os primeiros eventos na Educação Física e na Educação para aprender, compartilhar e iluminar nosso cotidiano docente. Falamos aqui do Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada (Universidade de São Paulo – USP – 1986) e Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação (Anped – desde 1978) que movimentavam as discussões relacionadas ao processo de ensino aprendizagem com as pessoas com deficiência. É claro que outros eventos aconteciam sob a ótica institucional, tal como eventos da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae’s).

Contudo, é nesse cenário que destacamos que fomos inseridos nos diálogos com o outro, com os Outros. Nossa relação com as pessoas com deficiência e com as discussões sobre elas (naquele momento) vieram em tons de desbravamento de espaços e lutas, como já mencionado nesse texto. Foram tempos de mostrar o que fazíamos, relatar as possibilidades e provar que seria necessário demarcar e garantir que a pessoa com deficiência tivesse acesso à cultura corporal pela Educação Física. É interessante registrar que muitas práticas ainda se realizavam com profundo reconhecimento dos aspectos biopsíquicos da pessoa com deficiência, enfatizando os aspectos corpóreos e individuais, e desconsiderando o ambiente e sua interface no processo de constituição da deficiência, ou seja, a complexa dinâmica das condições socioambientais era desdenhada. Era dito muito sobre as deficiências e pouco sobre as pessoas. Mesmo que fortes vieses biológicos circulante nas práticas pedagógicas com essa população reinasse, a nossa perseverança para com o *Outro*, levou-nos a buscar no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) mais um local para que pudéssemos solidificar as ações da Educação Física com pessoas com deficiência.

Dentre muitos dos movimentos que participamos, circulamos pela criação da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada – Sobama (1995), que emergiu alavancando a Educação Física e Esportes adaptados no país. Sobre todo esse layout, as relações com o *Outro* foram se constituindo.

Marcamos aqui a criação do GTT Educação Física para Portadores de Deficiência do CBCE que propôs nuclear as discussões voltadas às pessoas com deficiência. Foi uma demarcação

de suma importância para muitos dos avanços em pesquisas que abarcavam a temática, pois havia distanciamentos entre o lidar com pessoas com deficiência e ações para com e juntos com pessoas com deficiência, que notadamente nasceram nesse espaço.

O papel sociopolítico das discussões fomentado no CBCE se adensou aos propósitos acadêmicos científicos e reservou ao GTT a responsabilidade de avançar em ações que pudessem congregiar esforços para sairmos do espaço de luta para uma ocupação de espaços. Ocupar espaço significou fazer valer a necessidade de encontros e delineamento de ações entre pesquisadores com interesses comuns que buscassem agir sobre os seus alcances para intervir para além da territorialização da discussão.

Embebidos e nutridos pelos movimentos brasileiros de mudança da legislação de Diretrizes e Bases da Educação, que clareou possibilidades inclusivas para pessoas com deficiência pela abordagem traçada na menção a esse público, o GTT formou elos entre os que por ali passavam (e ainda passam) e norteia, formula decisões e planeja articulações entre pares, cursando uma trajetória perceptível sobre os paradigmas que permeiam a área da Educação Física com pessoas com deficiência. Nota-se que as pesquisas rumaram suas preocupações com as deficiências para ênfases nos aspectos teóricos políticos metodológicos, impulsionadas pela democratização do ensino com estímulo aos processos de integração – inclusão, valorização do esporte adaptado – paralímpico com subsídios específicos e pesquisas que focam na justiça social por diferentes grupos de estudos de extensão universitária e de pesquisa, autores brasileiros e estrangeiros, refletindo nas discussões e nos estudos apresentados no GTT Inclusão e Diferença, conforme apontado por Rodrigues (2020).

## **O deslocamento para inclusão e diferença**

A palavra deslocamento, presente no subtítulo da seção, tenta traduzir as relações de força que, no decorrer do tempo, fazem com que determinados discursos e seus enunciados passem a não ter a mesma produção de verdades que antes estavam presentes. No que tange aos modos como as pessoas com deficiência eram traduzidas, apareciam saberes que falavam das suas faltas, incompletudes etc., o giro para Inclusão e Diferença passa a trazer para o centro dos interesses investigativos, no GTT, problematizações acadêmicas que estavam em emergência, face aos movimentos que convocavam novos olhares para as pesquisas. De uma forma geral, os nomes inclusão e diferença descentraram a relação dos estudos que tratavam das pessoas com deficiência no âmbito das ciências do esporte. Nessa mesma perspectiva, fizeram uma abertura para que transitassem temas sobre gênero e relações étnico/raciais nos trabalhos de comunicação oral e

pôster dos eventos do Conbrace/Conice. No excerto a seguir, apresentamos alguns registros que foram destacados no relatório de 2009, ano em que houve a mudança de nome do GTT em Salvador/Bahia.

O desenvolvimento do GTT Inclusão e Diferença no XVI CONBRACE vem se ampliando cada vez mais, principalmente, pelo fato de, neste ano, ocorreu a mudança da ementa deste GTT e, por consequência, do nome, Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, para “Inclusão e Diferença”. No entendimento do grupo participante, neste congresso, esta modificação possibilitou-nos pensar o trato com o conhecimento a partir de estudos que não abordassem, somente, as pessoas com “deficiência” e sim todas aquelas que se encontram a margem do que socialmente determinou-se no binarismo, normal/anormal. No decorrer da semana do XVI CONBRACE e III CONICE foram apresentados trabalhos que tratavam, na sua maioria, da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e, os demais trataram, de temas como o corpo e saúde mental, identidade e diferença, acessibilidade, estratégias de ensino para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, questões patológicas, instituições especializadas, gênero, atletas de alto rendimento. Neste sentido, pode-se identificar que, junto a estes temas estavam presentes campos de conhecimento relacionados aos estudos culturais, teoria crítica, pós-modernidade, que buscaram nos estudos da educação, filosofia, antropologia e sociologia outras possibilidades para interpretar os desafios que estão postos no GTT Inclusão e Diferença. [...]. A reunião de Avaliação do GTT Inclusão e Diferença ocorreu no dia 24 de setembro sendo coordenada interinamente por Cláudio Marques Mandarin, tendo em vista a ausência do coordenador Atos Prinz Falkenbach. Para além da pessoa do coordenador interino, contamos com a presença dos seguintes colaboradores: Admilson Santos, Maria das Graças C. Silva de Sá, Graciele Massoli Rodrigues, Sonia Maria Toyoshima Lima, Marlini Dornelles Lima, Carla dos Reis Rezer, José Francisco Chicon, Valéria Manna Oliveira, Gilmar de Carvalho Cruz, Diana Martins Tigre, Cláudia Barsand de Leucas e Vanessa Marocco. (MANDARINO, 2009).

Podemos olhar/ler o registro que foi apresentado e perceber que o processo de deslocamento do GTT Inclusão e Diferença anunciava modos outros de se relacionar com os saberes e narrativas desse outro ou outros que tanto estavam presentes na produção discursiva das pesquisas. Cabe, aqui, trazer o documento que, no ano de 2018, foi encaminhado para a Direção Nacional do CBCE solicitando a alteração do seu nome.

Ao defendermos o nome Inclusão e Diferença, entendemos que o trato com o conhecimento terá como dimensão estudos que não abordem somente, as pessoas com “deficiência”, mas para todas as pessoas. Entendemos, também, que ao escolher a palavra diferença junto a inclusão, fazemos um deslocamento daquele lugar que está na anormalidade, falta, oposição binária (normal/diferente). A diferença, da forma como estamos propondo, tem um potencial de resistência, tensão, para desacomodar e ampliar (não reduz nem nega conhecimentos que são encaminhados, atualmente, para o GTT - 12), o nosso olhar para outros contextos de investigação. Neste sentido, pretende-se sair da questão patológica, da “deficiência”, que fixa uma identidade na pessoa e deixa perceber as suas múltiplas identidades. O GTT Inclusão e Diferença permitirá o debate sobre os sentidos, resistências que se produzem na contemporaneidade considerando a inclusão/exclusão presentes na Sociedade, Escola e Ed. Física.

Neste sentido, a partir do referencial das ciências sociais, humanas e biológicas o GTT, acolherá trabalhos em que pessoas posicionadas nas suas múltiplas identidades de classe social, econômica, raça/etnia, gênero, religiosidade, com necessidades especiais, etc., são significadas e produzidas (FALKENBACH *et al.*, 2009).

Novamente, a inquietação, dos integrantes do GTT, que tínhamos comentado no início do texto, a carta da Profa. Kátia Borges e as condições de possibilidade que a seção anterior nos apresentou estiveram presentes na defesa da alteração do nome do GTT. Os impactos dessa mudança/deslocamento permitiram interlocuções com outros GTTs, que passaram a ocorrer a partir do ano de 2011 quando montamos uma mesa conjunta o GTT Movimentos Sociais e em 2013, como trazíamos a temática a inclusão escolar ocorreu uma mesa-temática composta pelo GTT – Escola e pelo GTT – Movimentos Sociais, tendo como tema a “Educação escolar: diferenças, formação e prática docente”. Como muitos trabalhos sobre gênero estavam circulando desde o ano de 2009, em 2013 foi criado o GTT Gênero.

## **A consolidação e a chegada de novos integrantes**

Não obstante, as condições objetivas que nos envolveram no período de 2013 a 2017, realizamos razoável trabalho. Chamou-nos a atenção a boa qualidade dos trabalhos apresentados nos Conbraces realizados nesse interstício. O alargamento do tempo para apresentação dos trabalhos pode ter colaborado para tanto. No entanto, isso implicou na redução do número de comunicações orais. Necessário seguir na reflexão a esse respeito. Um avanço importante foi a compreensão de que o GTT traduz um trabalho coletivo e, portanto, a mobilização de cada um é fundamental. A projeção, ininterrupta, de cada biênio por vir, passo a passo, um dia após o outro, é imprescindível para que cada reunião seja ainda mais proveitosa, para cada um de nós, para nosso coletivo e para o campo da Educação Física.

O GTT Inclusão e Diferença é parte de um todo em movimento, em busca de evolução acadêmico-científica implicada no desenvolvimento consistente do campo de intervenção profissional e de conhecimento científico nomeado Educação Física. A considerar que a organização de ações realizadas, tanto no que se refere ao seu desenvolvimento interno quanto a sua articulação com o CBCE e demandas sociais como suas atividades de competência, cabe destacar, entre os anos de 2013 e 2017, o aprimoramento do processo de gestão colegiada e o fortalecimento do planejamento estratégico e da avaliação circunscritos ao GTT. Indicou-se à época, na condição de demandas internas, a potencialização de comprometimento de pesquisadores

com o GTT, assim como a ampliação e aprofundamento do(na) relacionamento intra e interinstitucional.

Percebemos que, entre os anos de 2013 e 2015, o avançar no que diz respeito ao relacionamento intra GTT não foi uma tarefa fácil. As condições objetivas de trabalho findam por nos assoberbar de tal maneira que o diálogo interno, imprescindível ao desenvolvimento do GTT, torna-se por vezes impensável. Desse modo, principalmente os objetivos relacionados às dimensões organizacional-institucional e acadêmico-científica não foram realizados a contento. Merecem destaque os aspectos de ordem acadêmico-científica que se manifestaram contundentemente por ocasião do momento de avaliação dos trabalhos submetidos ao GTT. Foram 45 trabalhos divididos em 23 comunicações orais e 22 pôsteres. Foram aprovados 11 e 15 trabalhos, respectivamente. Todavia, o destaque nesse processo fica para as divergentes, e em alguns casos paradoxais, perspectivas epistemológicas, teóricas e metodológicas sustentadoras da avaliação individual e coletivamente realizada. Esse aspecto – do rigor acadêmico-científico – sugere ser central para fortalecimentos interno e externo tanto do GTT quanto do próprio CBCE. É possível que essa dimensão acadêmico-científica impulse demandas internas com repercussão organizacional-institucional. Essa discussão sobre avaliação esteve nos relatórios de gestões anteriores (2009-2011 e 2011-2013). Na tentativa de contribuir para o aprimoramento do rigor acadêmico-científico e, seguindo recomendação anterior (Relatório 2009-2011), ampliou-se o tempo de apresentação de comunicações orais para 20 minutos, acrescidos de mais 10 minutos para o debate. Portanto, cada comunicação oral terá como tempo total (apresentação mais discussão) 30 minutos. Essa decisão implicou na redução da quantidade de trabalhos aprovados e impõe o amadurecimento e refinamento dos e nos critérios de avaliação, assim como a devida reflexão teleológica no interior do GTT. A esse respeito, configuraram-se como sugestões-recomendações de interesse: a) assumir e definir rigor acadêmico-científico na avaliação de sua produção como princípio constituinte/constitutivo do próprio GTT; b) promover articulações com instituições externas ao CBCE (associações científicas, centros de pesquisa, órgãos governamentais etc.), a fim de incrementar a relevância social de sua produção. De qualquer modo, a despeito da restrição financeira a nos acompanhar ao longo desse período, foi possível participar do V Fórum de Pós-Graduação em Educação Física em agosto de 2014 na cidade de Vitória, no Espírito Santo. Na ocasião, definiu-se como demanda do CBCE a elaboração de uma espécie de estado da arte dos GTTs que o compõem. No caso do GTT Inclusão e Diferença, elaborou-se, por meio da temática proposta (Pós-Graduação em Educação Física: o estado da arte no GTT Inclusão e Diferença), o texto *Entre Trabalho e Ciência, Inclusão e Diferença: é a Arte do todo parte?* Publicado, em 2015, como capítulo de livro organizado pela Diretoria Nacional do CBCE. Também em 2014 foi possível



tomar parte do Congresso Sul-Brasileiro de Ciências do Esporte, realizado em Matinhos no Paraná, por intermédio da coordenação dos trabalhos relacionados ao nosso GTT. A referida coordenação foi efetuada pelo professor Claudio Marques Mandarino. Cabe destacar, ainda, a realização, ao longo do XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e VI Congresso Internacional de Ciências do Esporte, de mesa conjunta com o GTT Lazer e Sociedade sobre o tema *Territorialidades e sociabilidades urbanas: o lazer como exercício de cidadania e inclusão social*. Houve também mesa interna que discutiu *O Esporte no contexto da inclusão e diferença: de conteúdo caracterizador do campo a fenômeno socioeconômico*. Essa mesa interna atende a demanda já há algum tempo apontada como necessária às reflexões do GTT Inclusão e Diferença. No que tange ao Prêmio de Literatura Científica do CBCE, a indicação realizada pela coordenação do GTT levou em consideração, além dos critérios gerais de avaliação sugeridos pela Comissão Organizadora do Conbrace 2015, os aspectos originalidade e consistência teórico-metodológica. A seguir, a ação realizada nos anos de 2010 e 2012, publicou-se terceiro livro com produção de membros do GTT (CHICON, J.F.; RODRIGUES, G.M. *Ação profissional e inclusão: implicações nas práticas pedagógicas em Educação Física*. Vitória - ES: Editora da UFES). Essa foi uma contribuição de indubitável interesse ao campo da Educação Física, tanto em nível acadêmico quanto profissional. Em mais um esforço para potencializar ações coletivas de nosso GTT realizou-se a pesquisa *Formação Continuada, Educação Física e Inclusão: gestão em foco* (coordenada pelo professor Chicon), que mobilizou integrantes do GTT, vinculados a instituições de ensino superior localizadas nos Estados do Espírito Santo, do Paraná e de São Paulo.

A considerar distintas perspectivas de ordem epistemológica, teórica e metodológicas reitera-se a necessidade de elaboração de síntese coletiva, com vistas ao aprimoramento do rigor acadêmico-científico referente à avaliação no âmbito de nosso GTT. Sugestões emanadas desse período: aproximação de Secretarias Estaduais com vistas à obtenção de apoio para organização de ações e ampliação de associados; discussão junto à Diretoria Nacional sobre os atuais benefícios para associados do CBCE no que diz respeito à relação custo/benefício decorrente do pagamento de anuidade; disponibilização de nosso GTT junto ao Conbrace a fim de contribuir de persistentes contradições internas que repercutem nas condições de acesso de pessoas que apresentam demandas específicas de deslocamento e comunicação, por exemplo. A inscrição no Conbrace, via SOAC, e as barreiras arquitetônicas nos locais de realização de Conbrace's; interlocução com outros GTTs; discussão sobre trabalhos nos Conbrace's/Conice's (relatos de experiência resumos simples e expandidos ou trabalhos completos).

Quando nos reportamos aos anos de 2015/2017, percebemos que as condições objetivas de trabalho em nossas instituições, em nosso país, interferiam num adequado diálogo interno, imprescindível ao desenvolvimento do GTT. Desse modo, principalmente os objetivos

relacionados às dimensões organizacional-institucional e acadêmico-científica seguem a ser realizados da melhor maneira possível, diante das condições acima mencionadas. Segue a merecer destaque os aspectos de ordem acadêmico-científica que se manifestaram contundentemente por ocasião do exercício avaliativo decorrente dos trabalhos submetidos ao GTT. Foram 61 trabalhos no total, com 15 resumos expandidos e 23 resumos simples aprovados.

O destaque nesse processo de avaliação foi, uma vez mais, a divergência expressa nas perspectivas epistemológicas, teóricas e metodológicas por ocasião dos pareceres realizados. O rigor acadêmico-científico é central para fortalecimento interno e externo, tanto do GTT quanto do próprio CBCE. Nenhum problema quanto às salutares divergências mencionadas. Contudo, a carência de síntese consequente a essas divergências fragiliza sobremaneira as ações pretensamente coletivas de nosso GTT.

Cumpre reiterar que essa discussão sobre *avaliação* nos acompanha desde relatórios de gestões anteriores (2009-2011; 2011-2013; 2013-2015). Para contribuir no aprimoramento do rigor acadêmico-científico, e seguindo recomendações e práticas anteriores (Relatórios 2009-2011 e 2013-2015, respectivamente), preservou-se ampliação dos tempos/espacos de apresentação/debate nas comunicações orais. Essa decisão segue a nos provocar o amadurecimento e refinamento de perspectivas e critérios avaliativos, sobretudo se assumirmos a avaliação como um momento de criação (NIETZSCHE, 2008).

Renova-se, pois, a título de recomendação de interesse para o desenvolvimento do GTT, a assunção e a definição do rigor acadêmico-científico na avaliação de sua própria produção como princípio constituinte/constitutivo, além da insistência na promoção de articulações com instituições externas ao CBCE (associações científicas, centros de pesquisa, órgãos governamentais etc.) a fim de incrementar a repercussão social de sua produção.

No ano de 2016, o GTT Inclusão e Diferença participou do VIII Congresso Sul-Brasileiro de Ciências do Esporte, realizado na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), em Criciúma/Santa Catarina, por intermédio da coordenação dos trabalhos relacionados ao nosso GTT. A referida coordenação ficou sob a responsabilidade do professor Leandro Silva Vargas.

A pesquisa *Formação Continuada, Educação Física e Inclusão: gestão em foco* (coordenada pelo professor José Francisco Chicon), que mobiliza integrantes de nosso GTT, vinculados a instituições de ensino superior localizadas nos estados do Espírito Santo, do Paraná e de São Paulo foi concluída no ano de 2016, com a expectativa de publicação de seus resultados ao longo do ano corrente.

A seguir, na esteira dos livros publicados em 2010 e 2012 o professor José Francisco Chicon e a professora Graciele Massoli Rodrigues organizaram mais um livro, publicado no ano em curso,

com textos de autoria de membros de nosso GTT (CHICON; RODRIGUES, 2017). Cabe aqui, uma vez mais, registrar agradecimento e reconhecimento pelo esforço por eles envidado na disseminação da produção acadêmico-científica de nosso GTT, com vistas ao enriquecimento, tanto acadêmico quanto profissional, circunscritos ao campo da Educação Física. Também no ano de 2017 foi publicado o dossiê *Educação Física escolar no contexto da inclusão e diferença* (DOSSIÊ, 2017), no periódico *Práxis Educativa* (na época com classificação A2 no Qualis periódicos da Capes na área da Educação), inspirado em nosso GTT e que contou com a participação de seus integrantes na condição de autores de artigos, pareceristas e editor convidado.

## Um olhar para os desafios do presente

Os tempos presentes são desafiadores em distintos sentidos. Por um lado, há a dificuldade de se analisar aquilo que vivemos e, por outro, há a vivência da situação brasileira política que está numa difícil senda. Estar na condução do GTT Inclusão e Diferença nos últimos dois mandatos foi instigante para a gestão.

No segmento 2019-2021, o coordenador Leandro Vargas e a vice-coordenadora Roseli Belmonte Machado, viveram a pandemia/sindemia covídica<sup>29</sup> e o início de um governo brasileiro que virava as costas para processos inclusivos ora conquistados. Acreditar que, apesar do contexto, precisávamos continuar na luta pelo coletivo, pelo comum e pela potência do outro foi possível pela constituição subjetiva de cada integrante do Comitê Científico do GTT Inclusão e Diferença, os quais endossaram distintas manifestações em favor do outro.

Alguns pensadores contemporâneos buscaram consolidar uma análise desse presente. Para eles, temos vivido uma intensificação de um estado de guerra de uma forma de vida neoliberal. Há alguns anos recentes, estávamos vivendo, no Brasil, o que compreendemos como uma governamentalidade neoliberal que, dentre diferentes pilares, acionava que todos deveriam estar inseridos no jogo econômico, embora em condições distintas, tendo como regra a “não-exclusão” desse jogo econômico (FOUCAULT, 2008).

Tal racionalidade, que procurava uma inclusão econômica, acabava trazendo visibilidades a distintos sujeitos, inserindo as pautas e reivindicações de minorias na ordem social e educacional. Todavia, é preciso dizer que as mudanças políticas que foram vividas no Brasil em anos recentes, tornaram essa agenda de políticas de inclusão algo que parecia estar sendo eliminado. Começamos

---

<sup>29</sup> Alfredo Veiga-neto utiliza este neologismo à palavra pandemia e comenta que: “Ela encerra o conceito criado pelo antropólogo-médico estadunidense Merrill Singer, na década de 1990, para designar as combinações sinérgicas entre a saúde de uma população e os respectivos contextos sociais, econômicos e culturais, aí incluídos os recursos disponíveis (hospitais, ambulatórios, medicamentos, especialistas etc.) (p. 4).

a assistir a ações, comentários, discursos e manifestações do Governo Federal em favor da exclusão dos diferentes sujeitos. Para Maurizio Lazzarato, “a eleição de Bolsonaro para presidente do Brasil marca uma radicalização da onda neofascista, racista e sexista que assola o planeta [...], gerando uma lógica de confronto, reintensificando guerra de classe, de raça e de sexo, que é, desde sempre, o fundamento do capitalismo” (LAZZARATO, 2019, p. 37). Wendy Brown (2019) ao analisar a ascensão da extrema direita, nos mostra como o neoliberalismo e o neoconservadorismo se articularam e produziram práticas e uma moralidade que precisa ser protegida. Essa proteção, de alguns – marcados por uma hegemonia branca, masculina e cristã – mobilizada por um discurso de liberdade, produziu formas de ataque à democracia. Diante disso, estávamos vendo uma série de produção de inimigos diante de culturas, situações e valores que fogem a uma pretensa hegemonia branca, hétero e cristã. Assistimos a uma produção de exclusão e de eliminação de sujeitos por questões étnico-raciais, de gênero e de outros marcadores de uma diferença considerada negativa, inclusive para pessoas com deficiência. Um exemplo disso foi a promulgação, em 2020, pelo então presidente, do decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que buscava instituir a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Uma política que, ao retomar a ênfase em instituições que não são objetos de uma escola inclusiva, retrocedia nos processos de políticas públicas na busca de uma escola plural, digna e acessível a todos.

Diante disso, o nosso grupo de trabalho, atento ao desenvolvimento, garantia e manutenção dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente no tocante aos direitos à educação, ao esporte e ao lazer, posicionou-se contrário a tal política, elaborando um manifesto que compôs com outras manifestações da nossa sociedade. Entende-se que inclusão escolar pressupõe visibilizar a voz de todas as pessoas e o pretendido decreto não condizia com as políticas de educação inclusiva em prol de uma escola pública. Ademais, no intuito de unir forças para resistir aos momentos que visavam à exclusão do outro no Brasil, este grupo de trabalho promoveu seminário online para debater a inclusão no cenário contemporâneo, além de participar de publicações que visavam ampliar essa discussão nos distintos campos.

Mesmo ainda vivendo a pandemia da covid-19, conduzida por um governo negacionista, imerso numa crise política, social e sanitária, o avanço da gestão 2021-2023, com a coordenação das professoras Roseli Belmonte Machado e Michele Pereira de Souza da Fonseca, foi permeado pela esperança de que mudanças necessárias fossem construídas no âmbito político brasileiro.

Ainda estávamos entendendo e assistindo que as políticas fomentadas recentemente se aliavam a uma visão retrógrada do outro, pautada por um processo de normalização dos corpos

que, ao não se enquadrarem, poderiam ser expulsos, excluídos. Uma forma de despotencializar a diferença, fator preponderante para este grupo de trabalho.

Nessa perspectiva, como forma de consolidar e manter nossas discussões e esperanças, o GTT partiu para uma organização de uma pesquisa coletiva, o Observatório da Inclusão e Diferença, ainda em implementação, como forma de dar visibilidades às pesquisas no campo da educação, esporte, saúde, lazer e outros, que se preocupam com potencializar o coletivo a viver a diferença. Ademais, iniciamos um processo de revisão e consolidação da proposta de nossa ementa, a fim de equalizar nossos debates em prol da inclusão.

Com os rumos mais esperançosos, no sentido de viver a vida coletiva e a diferença trazida pelas eleições ao Governo Federal do Brasil em 2022, temos nos concentrado em acompanhar tais reconfigurações do país, almejando ações mais inclusivas e democráticas, com intensa participação da sociedade civil.

## **Considerações Finais**

As reflexões presentes neste capítulo retratam parte da história de construção do Grupo de Trabalho Temático Inclusão e Diferença em 25 anos, inquietados(as) pelos modos de estar com o outro. As transformações construídas coletivamente ao longo desse tempo consolidam o GTT como um espaço que acolhe relevantes preocupações sociais e ecoa a busca pela denúncia e combate às exclusões históricas.

A inclusão de pessoas com deficiência no âmbito escolar e fora desse ambiente foi o mote que deu início aos encontros exploratórios dos caminhos que percorreríamos, sobretudo com vistas à equidade das gentes que coabitam esse território Brasil. Essa construção partilhada é a configuração de enlaces comprometidos com a ética coletiva da vivência plural e é no pulso de um coletivo que reconhece suas limitações, mas não se enfraquece nas tentativas de não se calar, e fazer um exercício de, para além de pensar a inclusão e diferença, nos modos de estar com o outro, com os Outros num estado contaminado pela busca de justiça social por onde nossas mãos possam alcançar.

Um espaço de afetividade, de troca, de luta, de composição com a diferença. As atividades, encontros e desafios que perpassaram este GTT ao longo dos seus 25 anos imprimiram uma constituição subjetiva distinta em seus integrantes. Somos sujeitas e sujeitos comprometidos com a vivência a partir e com o outro. Ocupados com aqueles que foram excluídos, expulsos, anormalizados.

Nossos desejos atuais se fundam no propósito de compartilhar saberes na busca por uma justiça social, por uma ética comum, pelo olhar para o coletivo, para a multiplicidade, para a inclusão e para a diferença.

## Referências

BORGES, Kátia Euclides de Lima. CBCE – Texto agradecimento. In: *Simpósio Nacional do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: 25 anos dos Grupos de Trabalho Temático*. Belo Horizonte, MG: UFMG. 2022. (Não publicado).

BRACHT, Valter. *Educação Física e aprendizagem social*. 2. ed. Porto Alegre: Magister, 1997.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. SP: Editora Politeia, 2019.

CHICON, João Francisco; RODRIGUES, Graciele Massoli. *Ação profissional e inclusão: implicações nas práticas pedagógicas em Educação Física*. Vitória-ES: Editora da UFES, 2017)

DAROT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Col. Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOSSIÊ. Educação Física escolar no contexto da inclusão e diferença. *Práxis Educativa*, Programa de Pós-Graduação em Educação – UEPG, v. 12, n. 2, 2017. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/issue/view/514>. Acesso em: 12 set. 2017.

FALKENBACH, Athos *et al.* *Proposta de troca de nome do grupo de trabalho temático 12 – pessoas portadoras de necessidades especiais*. 2009. (Não publicado).

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HALLAL, Pedro C.; MELO, Victor Andrade de. Crescendo e enfraquecendo: um olhar sobre os rumos da Educação Física no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 39, n. 3; p. 322-327, 2016.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O Sujeito da educação: estudos Foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994, 264p.

LAZZARATO, Maurizio. *Fascismo ou Revolução? O neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: n.1 Edições, 2019.

LOPES, Maura Corcini. (Im)possibilidades de pensar a inclusão. In: *30ª Reunião anual da ANPED*, 2007, Caxambú/MG. ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Rio de Janeiro: Anped, 2007. v. 1. p. 1-16.

MANDARINO, Cláudio Marques. *Relatório XVI Conbrace/III Conice – GTT 12 Inclusão e Diferença*. 2009. (Não publicado).

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falava Zaratustra*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008, 400p.

RODRIGUES, Graciele Massoli. Grupo de Trabalho Temático Inclusão e Diferença em portfólio: trilhando os traçados de um coletivo. In: Vargas, Leandro Silva; Lara, Larissa; Athayde, Pedro (Org.) *Ciências do Esporte, Educação Física e Produção do Conhecimento em 40 Anos de CBCE. Inclusão e diferença*. v. 13. Natal, RN: EDUFRN, 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação*, ano 5, n. 24, p. 6-9, jan./fev. 2002a.

VEIGA-NETO, Alfredo. Mais uma Lição: Sindemia covídica e educação. *Educação & Realidade* [online]. 2020, v. 45, n. 4. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/FtpkV5RY3Q64nvBdvxbSXwg/?lang=pt#> . Acesso em: 8 jul. 2023.